

Sérgio Marcio Cappai Nésio

**A influência da Cultura Política Trabalhista na formação
do Partido Trabalhista Brasileiro - PTB**

Monografia de conclusão do curso de Especialização em História e Culturas Políticas, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito para obtenção do Título de especialista.

Área de concentração: História e Culturas Políticas

Orientador: Professor João Pinto Furtado

Belo Horizonte – MG

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

2015

Sérgio Marcio Cappai Nésio

**A influência da Cultura Política Trabalhista na formação
do Partido Trabalhista Brasileiro - PTB**

Monografia de conclusão do curso de Especialização em História e Culturas Políticas, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito para obtenção do Título de especialista.

Área de concentração: História e Culturas Políticas

Orientador: Professor João Pinto Furtado

SUMÁRIO

1 – Introdução.....	01
2 – O Trabalhismo e o Estado Novo.....	04
3 – PTB e o Trabalhismo	09
4 – Conclusão.....	17
5 – Referências Bibliográficas.....	19

1 INTRODUÇÃO

Com raras exceções a formação dos partidos políticos no Brasil, obedece a um ritual muito semelhante em momentos diferentes da nossa história. Com pouca tenacidade ideológica ou com baixa participação das massas os exemplos são diversos e o tema sempre me instigou muito. Afinal, se partimos do pressuposto que o partido político é a porta de entrada de qualquer um que deseje participar da arena política de uma sociedade e, principalmente, concorrer no jogo eleitoral em ambientes democráticos, é importante entendermos como e porque as agremiações são formadas e quais são os reais projetos que levam a criação de um partido político.

Ao longo da nossa história podemos observar que o Brasil viveu, com certo atraso, momentos que refletiram as mudanças sociais e econômicas que também fizeram parte da vida de outros países. Nosso período pós-colonial foi a primeira experiência democrática, considerando todas as suas limitações, e durou até o final da terceira década do século XX. Depois disso, uma nova realidade desembarcou nas metrópoles brasileiras e obrigou nossa classe política a rever o sistema vigente e procurar novas maneiras de atuar.

O crescimento industrial experimentado pela Europa em meados do século XIX e o conseqüente crescimento das metrópoles e da classe trabalhadora fez surgir novas demandas sociais e novas ideologias entraram em cena para acirrar os debates nos círculos políticos. Revoluções aconteceram, governos caíram, partidos políticos surgiram e os trabalhadores entraram, de forma definitiva, no espectro da vida política da nova sociedade.

Como mencionei, experimentamos este processo também no Brasil de forma um pouco tardia e enfrentamos um cenário externo extremamente desafiador. A polarização

entre Comunismo e Capitalismo no período posterior ao fim da Primeira Guerra e os preparativos para a Segunda Guerra exaltaram os ânimos em todos os cantos do mundo e no Brasil, Getúlio Vargas chegou ao poder e impôs o Estado Novo com o claro objetivo de conter os levantes extremistas de ambas as partes.

Ciente que seu regime era ditatorial e, portanto, não duraria muito tempo, Getúlio manteve um forte autoritarismo nas questões domésticas e adotou um discurso específico para a política externa de seu Governo. Isto levou a óbvia incoerência de combater os regimes ditatoriais enquanto praticava políticas similares internamente. Prevendo que o sistema logo iria ruir como fim da guerra, Vargas se preocupou em preparar o país e seu governo para transição e buscou maneiras de fazê-lo de modo que ele se mantivesse no poder.

Durante o Estado Novo, o governo tratou de reforçar uma Cultura Política que visava conter, como disse anteriormente, as revoltas extremistas e ao mesmo tempo construir a identidade da nova classe social que crescia e ganhava força nas novas metrópoles brasileiras: os trabalhadores, principalmente industriais. Não foram apenas as leis trabalhistas que foram implantadas que provocaram um sentimento de inserção social aos trabalhadores, mas sim um conjunto de novos conceitos e novas maneiras de agir que foram amplamente trabalhadas e divulgadas pelos órgãos de propaganda governamental.

O Partido Trabalhista Brasileiro foi o instrumento escolhido por Getúlio para carregar os ideais do Trabalhismo propagados durante o Estado Novo para a nova arena democrática que iria surgir após 1945. É exatamente a influência desta Cultura Política na formação do PTB que irei tratar neste trabalho.

Importante ressaltar que quando trato o Trabalhismo como Cultura Política faço a partir da constatação e comprovação ao longo deste trabalho que pretendo demonstrar a existência de um conteúdo programático instituído pelo governo Vargas ao longo do período de vigência do Estado Novo. Não pretendo discutir o Trabalhismo como Ideologia Política. E a dimensão que levarei em conta está baseada nos relatos dos autores aos acontecimentos nas grandes metrópoles do Brasil nos anos 30 e 40, em particular na capital, Rio de Janeiro. Esta observação se faz importante diante da dimensão territorial do país e da pouca probabilidade de um crescimento econômico e social homogêneo em todas as regiões.

Se os críticos acusam o processo de criação do PTB ter sido feito e elaborado de cima pra baixo e não o reconhecem como um legítimo representante da classe trabalhadora, irei avaliar porque o resultado político que o PTB obteve nos seus primeiros anos de vida foi tão positivo? Por que a classe trabalhadora se identificou com o partido mesmo não sendo ela a principal peça na engrenagem de criação do mesmo?

É claro que o tema é muito extenso e vários pesquisadores já se debruçaram sobre o ele. Alguns poucos se preocuparam com este recorte específico de Cultura Política Trabalhista na formação do PTB. A minha intenção é jogar uma visão mais pragmática avaliando os resultados obtidos pelo projeto para avaliar se funcionou ou não ao propósito inicial e os impactos que isto trouxe para a vida política do trabalhador brasileiro.

É possível percebermos até nos dias de hoje os impactos das ações de Vargas em nossa sociedade e na vida política nacional. Por uma feliz coincidência no momento em que este trabalho era produzido o Congresso Nacional debatia alterações na política de Terceirizações, o que atingia em cheio os direitos dos trabalhadores conquistados

durante o Estado Novo. Isto sem contar que o Partido dos Trabalhadores está no poder há mais de 12 anos e ainda tem na sua base um forte apoio dos sindicatos e dos próprios trabalhadores como teve o PTB nos seus anos iniciais.

2 O TRABALHISMO E O ESTADO NOVO

É importante ressaltar que a implantação do Trabalhismo durante o Estado Novo foi um processo gradual de construção de uma identidade entre a massa de trabalhadores urbanos que começava a ganhar forças nas metrópoles, ainda insipientes, e no meio rural, com os trabalhadores do campo. O cenário externo influenciava diretamente na necessidade de se promover um sistema programático e ideológico que impedisse a massa trabalhadora de migrar para o extremismo do Comunismo, do regime soviético, e do radicalismo da direita incorporado pelos regimes Fascista e Nazista na Europa¹.

Como parte importante da criação de uma Cultura Política do Trabalhismo, o governo de Getúlio Vargas buscou reformas que atendiam as reivindicações dos trabalhadores e incorporou o discurso de união e fortalecimento da classe operária, com medidas que até os dias de hoje são consideradas importantes conquistas, embora ainda recebam críticas externas de serem fortes impedimento para a entrada de investidores externos no Brasil. Daí também é importante lembrarmos que o Nacionalismo também fazia parte do programa trabalhista incorporado ao que se conhece como “Getulismo”. A valorização do “brasileiro” em detrimento ao “estrangeiro” nos aspectos culturais, econômicos e sociais, permearam os discursos de Vargas. Isso faz com que existam fortes críticas, ainda hoje, ao “pesado” arcabouço trabalhista brasileiro, proferidas pelos “neoliberais” americanos e europeus. Maria Celina D’Araújo expressa bem as necessidades dos trabalhadores diante do novo cenário e contexto histórico.

A grande maioria dos países industriais passou por essa experiência, e o Brasil acompanhou, ainda que tardia e diferenciadamente, a dinâmica dos tempos. Ou seja, a industrialização, em geral se deu paralelamente à formação das classes trabalhadoras modernas, que participaram desse processo reivindicando direitos e garantias compatíveis com as transformações das instituições políticas e econômicas, e convertendo-se ao mesmo tempo em agentes importantes dessas transformações. (D'ARAÚJO, 1996, p. 7).

O foco central para análise da existência e influência de uma Cultura Política Trabalhista no Brasil, durante este período é a figura do presidente. A utilização do controle dos meios de comunicação para o processo de construção da imagem de Getúlio Vargas como o protetor dos trabalhadores era reforçada nas grandes festas cívicas, que celebravam datas que enalteciam a pátria e o chefe de Estado. Como exemplos mais conhecidos temos o dia do Estado Novo – celebrado em 10 de novembro, e o aniversário do presidente – celebrado dia 19 de abril. Porém, a festa mais emblemática era mesmo a do 1º de Maio, oferecida especialmente ao trabalhador e realizada, a partir de 1939. Geralmente era realizada em estádios de futebol, onde o presidente Vargas discursava apresentando sempre uma nova lei trabalhista como sendo o “presente” para a classe trabalhadora. Assim, com esses e outros elementos, construiu-se o “mito Vargas”.

Ângela de Castro Gomes credita a invenção do trabalhismo no Brasil à “ideologia da outorga”, na qual o Estado e, principalmente, o presidente apresentavam-se como benfeitores, valorizando os trabalhadores brasileiros e presenteando-os com as leis sociais e trabalhistas, o que dariam origem a um pacto simbólico entre os assalariados e Vargas.

Esta questão é fundamental, pois a outorga, quando pressupõe o dar e o receber, pressupõe também o termo que fecha e dá o real sentido ao círculo: o retribuir. Quem dá cria sempre uma relação de ascendência sobre o beneficiário, não só porque dá, mas principalmente porque espera o retorno. Esta expectativa não se esgota em uma possibilidade; ela é um sagrado dever. Quem recebe cria certo tipo de vínculo, de compromisso, que desemboca naturalmente no ato de retribuir. A não

retribuição significa romper com a fonte de doação de forma inquestionável. (GOMES, 2005, p. 228).

É preciso não se deixar levar pelo “senso comum” que normalmente limita de forma simplória a identificar o governo de Vargas durante o Estado Novo como sendo populista. O adjetivo por si só carrega um sentido pejorativo e demonizado. Isto não quer dizer que não o era, mas isto é outro tema que não está em questão neste trabalho. Porém, não podemos ignorar que a pauta de exigências dos trabalhadores no início do século XX era recheada de exigências extremamente plausíveis e coerentes com as necessidades que eram enfrentadas nos ambientes de trabalho e da vida social urbana e rural. Pode-se questionar o excesso de algumas medidas ou a real necessidade de alguma outra, mas não podemos ignorar que a pauta para qualquer governo da época girava em torno das demandas da classe trabalhadora. O melhor exemplo é a vitória do Partido trabalhista Inglês, nas eleições de 1945, contra os Conservadores liderados por ninguém menos que Winston Churchill.

Para Getúlio Vargas restava a opção de atender os apelos desta crescente classe dentro da sociedade ou arriscar deixar os trabalhadores órfãos do estado e prontos para migrar para os braços radicais dos movimentos Comunistas. Um perigo para a ordem social do país.

Paralelo ao fortalecimento da imagem do presidente como o salvador da classe trabalhadora, o Estado Novo produziu uma campanha forte de imposição de valores e ideias utilizando seus mecanismos de propaganda oficial e de censura da imprensa. É fundamental a atuação do DIP – Departamento de Imprensa e Propaganda - como propagador dos ideais do Trabalhismo pregados por Vargas¹. As ideias que compunham

¹ Alexandre Marcondes Filho, durante o seu período ministerial (de janeiro de 1942 a julho de 1945), palestrava semanalmente, todas às quintas-feiras, durante dez minutos, no programa Hora do Brasil, produzido pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) e irradiado pela Rádio Nacional, onde

o escopo do programa Trabalhista foram amplamente reforçadas e repetidas com o objetivo de alimentar as crenças populares no Brasil, no trabalho e, principalmente, no grande líder, Getúlio Vargas, mas claro, dentro de um contexto propício a isso, conforme afirma Jorge Ferreira:

O mito Vargas não foi criado simplesmente na esteira da vasta propaganda política, ideológica e doutrinária veiculada pelo Estado. Não há propaganda, por mais elaborada, sofisticada e massificante, que sustente uma personalidade pública por tantas décadas sem realizações que beneficiem, em termos materiais e simbólicos, o cotidiano da sociedade. O mito Vargas expressava um conjunto de experiências que, longe de se basear em promessas irrealizáveis, fundamentadas tão-somente em imagens e discursos vazios, alterou a vida dos trabalhadores. (FERREIRA, 1990, P. 138).

Foram inúmeras as ações que ajudaram no projeto de Vargas e do Estado Novo a criar e difundir o imaginário da Cultura Trabalhista. Utilizando os canais de comunicação como a rádio, jornais, revistas e até o cinema para divulgar as novas propostas e ideias. Podemos citar o programa a Hora do Brasil, o Cinejornal Brasileiro, a revista Cultura Política e o jornal A Manhã como principais meios de comunicação e programas que falavam aos trabalhadores sobre os projetos e realizações do presidente Vargas.

O Governo doutrinava a população com uma nova visão do popular. Com um discurso que carregava uma herança modernista buscava a positividade do popular e tratava o povo como a “alma da Nacionalidade”, conforme afirma Mônica Veloso:

É no discurso modernista que esta concepção começa a envolver certa carga de positividade. Através das manifestações da cultura popular, temos a pista para conhecer e revelar o Brasil autêntico. É, porém, no período do Estado Novo que vemos manifestar, na sua forma mais bem acabada, esta construção ideológica que instaura a positividade do popular. E é importante assinalar um dado. Agora, esta construção ideológica aparece articulada dentro de uma estratégia política

enfocava, sobretudo, a história das leis sociais, apresentada como um presente doado pelo Estado e por Vargas, que, aliás, era representado “sempre sorridente, jovial, confiante – com a excepcionalidade da sua pessoa – o político capaz e reformador social”. (GOMES, 2005, p. 211).

definida: a do Estado centralizado e autoritário. Nele, o povo é isento de responsabilidade pelo que vinha acontecendo com o país. Num passe de mágica, tudo se transfere para as elites. Estas, sim, é que são as verdadeiras responsáveis pela crise nacional. Reverte-se totalmente o quadro. O povo é a "alma da nacionalidade", as elites é que se distanciaram desta alma quando se deixaram fascinar pelos exemplos alienígenas. Dando as costas para o "país real" elas se ausentaram, se eximiram de sua responsabilidade frente à Nação. (VELOSO, 1997, p 70).

Aliás, *'reconceituar'* o popular era uma das missões dentro da proposta do Trabalhismo. A intenção era dizer diretamente as massas trabalhadoras que Estado estava adotando uma nova visão da própria história do país e do seu povo. A visão que antes tratava o povo como o responsável pelo baixo desenvolvimento do Brasil seria invertida. Para isso seria necessário um modelo pedagógico de Estado, implementado através da propaganda oficial, que alteraria esta. Um bom exemplo, dentre muitos, é citado por de Mônica Pimenta Velloso, que trata do incentivo à mudança cultural da figura do sambista:

Temas como a boêmia e malandragem, que já se constituíam numa tradição do samba, não poderiam mais conviver com a ideologia do trabalhismo. A figura do malandro é vista como herança de um passado ingrato que marginalizara os ex-escravos do mercado de trabalho. No Estado Novo, com o surgimento das leis trabalhistas que protegem o trabalhador, esta figura "folclórica" perde a sua razão de ser. Logo, a ideologia da malandragem deve ser eliminada do imaginário popular porque pertence à outra época. O regime busca, então, construir uma nova imagem do sambista: ele é o trabalhador dedicado que só faz samba depois que sai da fábrica. Nos sábados de "palheta e terno branco muito bem engomado", vai até a sociedade recreativa, onde se exercita no convívio social. (VELOSO, 1997, p 66).

A partir de uma mudança destes conceitos e simultaneamente da mudança da realidade de vida dos trabalhadores, em particular das grandes metrópoles, o governo começa a conquistar o seu objetivo de criação de uma Cultura Política Trabalhista. A partir de então, a crise no sistema autoritário com o fim da Segunda Guerra e a necessidade cada vez mais crescente de retornar o regime democrático e sucumbir às pressões internas da elite e até da própria população levaram Getúlio e o seu governo a

elaborar o projeto de transição. Parte importante deste projeto passava pela criação de uma organização partidária que daria à Vargas uma plataforma na nova arena política democrática e sustentaria as conquistas do seu Estado Novo. Assim nasceu o PTB.

3 PTB E O TRABALHISMO

Criado em um contexto histórico e político conturbado e incerto, o Partido trabalhista Brasileiro - PTB, idealizado por Getúlio Vargas no ano 1945 pretendia ser o instrumento institucional que carregaria a as propostas do Trabalhismo e todos os seus aspectos doutrinários e culturais durante a transição do Estado Novo para o ambiente democrático que pretendia ser implantado. O partido precisaria aglutinar os setores da sociedade que poderiam se dispersar em uma arena política livre, sem o controle estatal. Anteriormente, estes grupos eram controlados pelos sindicatos pelegos e pelo rígido aparato governamental de controle e censura.

A formação de partidos políticos no Brasil sempre foi objeto de estudo de vários autores que, em geral, condenam a pouca tenacidade dos partidários e a falta de uma valorização destas importantes instituições para o regime democrático. O PTB foi alvo de críticas por ter sido fundado pelo Estado, na figura do presidente Getúlio Vargas. Porém, o partido seria sim uma forte agremiação para defender a manutenção dos interesses dos trabalhadores e das conquistas sociais e trabalhistas importantes dos anos que precederam sua fundação e também reunira nos seus quadros agentes que auxiliariam na personificação do Trabalhismo na figura de Getúlio e, assim sendo, manteria a memória de todo o trabalho feito para criação e continuidade dos ideais da Cultura Política Trabalhista no futuro regime democrático. Seria também, de forma incontestável, uma poderosa ferramenta de participação da classe operária nas decisões

políticas do país. Jorge Ferreira descreve as primeiras bases que serviram de fundação para o PTB: Trabalhismo; Getulismo; e Queremismo.

Embora as palavras de Vargas fossem apropriadas de diversas maneiras, sua indicação permitiu que um conjunto de ideias, crenças e atitudes coletivas – o trabalhismo como projeto político, o getulismo como a sua personalização e o queremismo como movimento social, termos até então sinônimos e intercambiáveis – se institucionalizasse em um partido político, o PTB. Nas páginas da grande imprensa, o comitê do Distrito Federal, patrocinando a travessia do movimento social para o partido político, incitava os trabalhadores: “Queremistas ontem, e, agora, nas hostes do PTB”. (FERREIRA, 2005, p. 76).

O período entre o final de 1944 e início de 1945 foi marcado, fundamentalmente, por uma expectativa de retorno a um sistema democrático e o fim da ditadura do Estado Novo. Se por um lado, os movimentos de direita exigiam o fim do governo e a convocação de eleições, na outra ponta, os trabalhadores temiam pelo fim dos direitos conquistados durante o governo Vargas e também se manifestaram nas ruas causando embates truculentos em várias cidades. Neste contexto o movimento “Queremista²” é o maior expoente e foi responsável pela base de formação do PTB, como afirma, também, Maria Celina D’Araújo.

A par do queremismo, um partido de trabalhadores começou a ser organizado pelo governo, visando influenciar a participação dos trabalhadores nas eleições de dois de dezembro de 1945, nas quais se deveria eleger o novo presidente da República e os deputados federais que elaborariam a nova Constituição. Veiculando o trabalhismo, o governo atuava de duas formas: fortalecia a mobilização direta das massas através do queremismo e providenciava a criação de um partido que propiciasse aos trabalhadores uma alternativa institucional de participação nas eleições. Sob essa ótica, o PTB foi de fato uma invenção da burocracia ministerial e sindical vinculada ao Estado Novo, mas só se viabilizou porque houve uma massa disponível para aderir à proposta. Os objetivos do PTB eram, em princípio, os mesmos

² O queremismo surgiu no cenário político da transição democrática como um movimento de protesto dos trabalhadores, receosos de perderem a cidadania social conquistada na década anterior. Inicialmente, eles projetaram na pessoa de Getúlio Vargas a única garantia de preservar as leis sociais e trabalhistas. Mais adiante, o queremismo evoluiu no sentido de reivindicar uma Assembleia Constituinte. Tratou-se da percepção de que, para além da pessoa de Vargas, havia outras formas de luta. O resultado foi a institucionalização do movimento em um partido de trabalhadores, o PTB. (FERREIRA, 2005, p. 86).

do *queremismo*, isto é, promover a imagem de Vargas, fazer a defesa da legislação social criada durante o Estado Novo e garantir a continuidade de uma política governamental que preservasse os direitos sociais já conquistados. Para perseguir esses objetivos, deliberou-se que a nova organização partidária deveria ficar sob a direção formal de lideranças sindicais. De um lado, seria tarefa dos trabalhadores fazer a defesa de seus direitos. De outro, o PTB seria mais uma importante iniciativa de Vargas no sentido de dar aos trabalhadores uma identidade política. (D'ARAÚJO, 1996, p. 26).

A criação do PTB se origina do medo de Getúlio de perder o controle de um importante capital político-eleitoral que ele cultivou durante a ditadura estadonovista. Todo o imaginário trabalhista, durante o período ditatorial, girava em torno da conquista de direitos que sempre foram negados a esta classe e a fuga definitiva da miséria social que era imposta pela ausência de políticas efetivas para os trabalhadores. A grande massa que foi às ruas no movimento do *Queremismo* no ano de 1945, temia que com a volta da democracia e a saída de Getúlio do poder, os trabalhadores perdessem suas conquistas. Todo o projeto trabalhista seria assim, perdido. Isso era uma das plataformas do discurso de Vargas pregando uma política de medo nos seus seguidores. Apesar de não alcançar o objetivo de manter Vargas no poder, o *Queremismo* serviu para os trabalhadores demonstrarem que haviam assimilado a sua força e importância e a se unir e mobilizar em busca de uma proposta comum, como bem observa Jorge Ferreira:

O *queremismo* também foi uma experiência política de aprendizado dos trabalhadores. Na década de 1930, eles aprenderam a exercer a cidadania social, aprenderam que tinham direito a ter direitos. Ao longo de 1945, na luta para garantir leis sociais, eles aprenderam a lidar com a cidadania política. Perceberam a importância política para garantir as leis trabalhistas. (FERREIRA, 2005, p. 87).

Jorge Ferreira explica também a coerência ideológica na migração de grande parte do movimento *Queremista* para os quadros do PTB depois que Vargas foi deposto e o PTB surgiu como opção para trabalhadores que apoiavam o ex-presidente e sua política voltada para o trabalhador:

O queremismo foi absorvido pelo PTB, mas, historicamente, o surgimento de ambos somente foi possível por estarem afinadas com um conjunto de experiências econômicas, políticas, ideológicas e culturais, vividas e partilhadas pelos trabalhadores, consubstanciados no projeto nomeado de trabalhismo. (FERREIRA, 2005, p. 87).

Havia uma incapacidade de compreensão, dos antigetulistas, da adoração de parte da sociedade por um ditador. A afirmação de que Vargas usava técnicas nazistas no DIP para influenciar uma massa de ignorantes e analfabetos, simplesmente era superficial e impedia os opositores do Estado Novo de elaborar estratégias mais inteligentes para alcançar a desconstrução do mito de Getúlio. Este é um ponto importante para entendermos como a sociedade da época teve dificuldades de identificar a criação e implantação de uma Cultura Política Trabalhista. Os elementos estavam implícitos nas ações do governo e nas atividades sindicais.

É óbvio e, do meu ponto de vista, justo que Getúlio tivesse a pretensão de colher os dividendos políticos do seu empenho em atender os anseios da classe trabalhadora. A sua preocupação central em ser a figura símbolo do trabalhismo e do PTB, justificava a necessidade de transmitir a mensagem clara: Getúlio é o presidente que governou para os trabalhadores e o único que o fará de verdade no futuro. Qualquer discurso que tentasse desconstruir esta ideia era abafado pelo grito dos “queremistas” e posteriormente dos agentes partidários do PTB.

As críticas quanto à utilização das estruturas criadas pelo governo, principalmente no Ministério do Trabalho³, e dos sindicatos para a criação e propagação

³ “O PTB nasceu ‘como uma aposta no filão’ do grande investimento que Vargas realizara, ao longo dos anos da administração Marcondes Filho, no Ministério do Trabalho, na formação de uma ampla base política no seio das nossas massas trabalhadoras, quer via campanha de sindicalização, quer via doutrinação [...]”. Inspirado no modelo do Partido Trabalhista Inglês, no Brasil. (Delgado, Lucília de Almeida Neves. PTB – Do Getulismo ao Reformismo. Pág. 38)

O provável modelo inspirador do PTB foi o Partido Trabalhista Inglês e suas bases foram efetivamente montadas a partir da estrutura do Ministério do trabalho, o ou seja, com a utilização das lideranças sindicais e dos organismos previdenciários. (GOMES, 2005, p. 283)

do PTB devem ser consideradas. Não penso que seria a melhor forma de fazê-lo. Porém, é inegável que Getúlio seria muito tolo se não o fizesse, em uma visão um pouco “Maquiavélica” da questão. Estas próprias estruturas faziam parte do todo o complexo aparato criado para transparecer e, de alguma forma, legitimar a participação dos trabalhadores no governo e na sociedade. Ângela de castro Gomes cita a existência de um documento, chamado de Plano B⁴, que estabeleceria uma estratégia de ação para a manutenção de Getúlio no poder, mesmo que dentro de um sistema democrático. Isto demonstra que havia um projeto trabalhista encaminhado que pretendia ser duradouro. Este projeto é uma boa prova de que a Cultura Política Trabalhista tinha suas bases mais fortes e, novamente, afirmo que denominar o governo apenas e simplesmente como populista, pressupunha que sua ação era muito superficial, e isto é um grande engano. Podemos concluir isto também a partir da afirmação de Maria Celina D’Araújo:

Pelo que foi visto até agora, diferentemente de outras experiências históricas, o PTB não surgiu do esforço e do planejamento de lideranças sindicais. Foi um projeto gestado dentro do governo, a partir de 1942, quando se começou a estudar formas de transição para a democracia. O que se nota é que os dirigentes sindicais cederam ao apelo do governo e se incorporaram ao partido. Mas, embora o modelo inspirador do PTB fosse o Labour Party inglês, não se cogitou, como no caso britânico, da filiação indireta, ou seja, da filiação partidária através do próprio sindicato. Se num primeiro momento o partido ficou sob o comando formal dos trabalhadores, poucos meses depois figuras expressivas do Ministério do Trabalho e outros tipos de militantes, inclusive empresários, passaram a assumir explicitamente as funções de chefia. O vínculo com o sindicato, contudo, nunca se perdeu e foi em função dele que, mais tarde, lideranças de esquerda, particularmente do PCB, a ele aderiram para facilitar seu trabalho de mobilização política junto aos trabalhadores. (D’ARAÚJO, 1996, p. 42).

⁴ Este documento secreto, concluído em 1943, é revelador. Em primeiro lugar porque demonstra indiscutivelmente que todas as iniciativas desencadeadas pelo Ministério do Trabalho integravam um grande projeto político, cujo objetivo básico era garantir a continuidade de Vargas no poder. Em segundo lugar porque fica claro que a execução deste projeto fundava-se primordialmente na utilização da nova máquina sindical previdenciária alimentada com recursos e acarinhada com palavras durante os anos 40. Em terceiro lugar, porque fica evidente o empenho com que o regime tratava das questões de propaganda, consideradas centrais para o recurso de todo o projeto governamental. (GOMES, 2005, p. 272)

A astúcia de Vargas tinha limites. O plano de transição dos sistemas e a tentativa de controle do futuro quadro eleitoral não foram um sucesso, mas tiveram alguns pontos favoráveis. Ao estabelecer que para o novo cenário só fossem considerados os partidos políticos de caráter nacional, Getúlio Vargas deu um golpe duro nos grupos de oposição que possuíam muita força nos partidos estaduais, e teriam que fazer um esforço imenso para conseguir uma abrangência nacional. A criação do PSD - Partido Social Democrata, frustrou o projeto de um único partido situacionista. Porém, o objetivo de agrupar em um partido os interventores estaduais, submetidos ao governo federal, e outros grupos conservadores, foi uma manobra importante para garantir que mesmo sem Getúlio no poder, os trabalhadores teriam um importante papel no processo eleitoral de transição. Afinal, o candidato do PSD, General Dutra, precisaria do apoio do PTB para se eleger e não iria contrariar a vontade de seus apoiadores, nem do presidente deposto, Getúlio Vargas. Ângela de Castro Gomes define assim a criação do PSD:

A definição do formato do PSD praticamente estabelecia os contornos do outro partido “situacionista”. Ele deveria reunir as novas sindicais que, por sua vez, também vinham resistindo ao projeto de uma só organização partidária. O PTB, neste sentido, nasceu ao mesmo tempo em que o PSD, já que ambos resultaram da frustração do projeto de partido único de massas que vinha sendo acalentado pelo Estado Novo. (GOMES, 2005, p. 282).

O PTB reservou espaço para as conquistas e objetivos futuros do Trabalhismo difundido durante o Estado Novo. A proposta central de manutenção dos direitos conquistados e o reforço na figura de Getúlio Vargas como a garantidora de que o não haveria retrocesso ou interrupções nas bases já alcançadas e com propostas que ainda seriam conquistadas. O programa oficial do PTB abraçava políticas sociais importantes para a classe trabalhadora e suas famíliasⁱⁱ. Seria mantido também o viés Nacionalista para enfatizar as especificidades do cenário brasileiro daquele momento.

A preocupação com a questão da representação dos trabalhadores e da manutenção do projeto trabalhista provavelmente teve início no ano de 1941. Havia um temor que os sindicatos fossem os únicos organismos de representação que a classe possuía e num eventual processo de redemocratização seria necessária a criação de uma nova entidade. Foi então que o governo Vargas, com grande ênfase na atuação do Ministro do Trabalho, quando da nomeação de Marcondes Filho, passou a elaborar um plano de ação que permitisse a criação de um partido que fosse facilmente identificado com as ideias trabalhistas. Maria Celina D'Araújo enfatiza os pontos prioritários levados em consideração para a criação do PTB, que incluía a proposta trabalhista.

Embora a proposta trabalhista no Brasil não fosse tema cativo do PTB, este partido, mais do que qualquer outro, esteve a ela associado. Essa associação decorre de várias razões: associação à imagem de Getúlio Vargas, particularmente valorizada por sua mística de patrono das leis sociais; filiação à prática e às propostas de intermediação entre interesses sindicais e interesses do governo; formulação interna de uma ideologia nacional-reformista, e, finalmente, articulação política com lideranças e entidades de trabalhadores para fortalecer a política de massas empreendida pelo partido. (D'ARAÚJO, 1991, p. 6).

Os primeiros passos foram dados e a criação de núcleos culturais da União Cultural Brasileira, tinha o objetivo inicial de propagar uma grande campanha de esclarecimento sobre o governo Vargas. A UCB pretendia reunir o que de mais expressivo político e intelectualmente existia no país para solidificar a presença de Vargas entre os trabalhadores. Este seria o embrião para a criação de um partido governista único. Pode ter sido esta pretensão que ocasionou próprio o fracasso da UCB, como define Ângela de Castro Gomes:

Pelas narrativas, fica evidente que o Ministério do Trabalho era o ponto de apoio-chave para a organização da UCB e que esta entidade cultural deveria reunir todos os apoios ao presidente. O objetivo era formar um grande e único partido, que angariasse a simpatia dos políticos do regime e das novas lideranças e massas sindicais. Mas a iniciativa acabou não sendo bem-sucedida, e as razões de seu fracasso não ficam muito claras. O ponto em que os depoimentos voltam a convergir ilustrativamente é o da reação dos interventores junto a

Vargas. Não se pode saber se esta reação teria tido como móvel o quase veto de Marcondes à participação dos referidos interventores na UCB, conforme a versão de Cesarino Júnior. Segundo ele, Marcondes queria o controle do futuro partido e temia a presença da forte liderança estadual, que por isso se mobilizou e sustou o projeto. Nesta perspectiva, os interventores desejavam participar, mas não aceitavam uma posição subordinada. Contudo, a reação das lideranças estaduais também pode ser interpretada como um bloqueio à própria natureza do projeto, que combinava elites políticas e classe trabalhadora em um só partido, que indiscutivelmente afigurava-se como um partido de massas. (GOMES, 2005, p 268).

Embora a UCB não tenha concluído sua missão, seus núcleos estaduais foram aproveitados para as futuras instalações do PTB nos estados, o que gerou também uma revolta por parte da elite política local que enxergou a possibilidade de perda de poder para os trabalhadores. Esta elite política iria se acalmar quando a criação do PSD foi efetivada.

Este é mais um exemplo que o projeto trabalhista não era fruto do acaso. Existia um trabalho intelectual que pensava nas futuras conjecturas e procuravam reforçar a ideologia em nível nacional. Como bem explica Jorge Ferreira, havia uma convergência história de interesses que criaram um ambiente propício para o surgimento de um partido que defendesse os interesses sociais dos trabalhadores:

Houve, decerto, a intervenção estatal. Sobretudo a partir de 1942, a formulação do projeto trabalhista pelo estado contribuiu, de maneira decisiva, para configurar uma identidade coletiva que se manifestou, com vigor, nos conflitos políticos do segundo semestre de 1945. Mas, em qualquer experiência histórica, os trabalhadores sofrem influência dos contextos sociais, políticos e ideológicos em que vivem. Refutando as interpretações que insistem na passividade dos trabalhadores, sempre vítimas de influências externas à sua classe. Thompson demonstra que, se eles sofrem com os contextos políticos, reagem à sua maneira e, à medida que modificam a sua organização e consciência também alteram a própria circunstância que os incitaram à mudança. A consciência de classe, defende o historiador inglês, traduz a experiência vivida pelos trabalhadores em termos culturais, "Encarnadas em tradições, sistema de valores, ideias e formas institucionais". No caso brasileiro, como em outros tratou-se de uma relação, em que as partes, Estado e classe trabalhadora, identificaram interesses em comuns. No trabalhismo, origem e motivação do quererismo e do PTB, estavam presentes ideias, crenças, valores e códigos comportamentais que circulavam entre os próprios

trabalhadores muito antes de 1930. O Trabalhismo, portanto, traduziu uma consciência de classe, legítima como qualquer outra, porque histórica. (FERREIRA, 2005, p. 88)

4 CONCLUSÃO

A formação do PTB começou bem antes da decisão de Getúlio Vargas de migrar do sistema autoritário para a democracia. O partido é pensado e usado como um instrumento para a manutenção de Vargas no poder em um novo sistema que exigira a existência de um partido do político para a competição nas eleições. Em todas as suas formas estruturais e ideológicas o PTB tem a presença de Getúlio e dos seus organismos criados e operados para o bem-estar do trabalhador como os sindicatos e o Ministério do Trabalho.

A ideologia trabalhista está profundamente enraizada na formação do partido em uma das raras exceções na formação de partidos no Brasil. Mesmo que o partido não seja considerado um partido de massa, pois fora criado de cima pra baixo, é inegável a identificação dos trabalhadores com a instituição e o importante papel que o PTB exerceu para inserir a massa trabalhadora no processo eleitoral e na participação da vida política do país.

Não tenho dúvidas em afirmar que a Cultura Política do Trabalhismo criada durante o Estado Novo ainda permeia os debates nos dias de hoje. Foi criado um novo senso de existência para a classe operária e assalariada que carrega sua carteira de trabalho e ainda desfruta de benefícios.

É importante ressaltar também que governos ditatoriais de extrema direita já passaram pelo país e não tiveram a ousadia de extinguir estes direitos. É uma confirmação de que mesmo sem um partido único para a classe, os trabalhadores ganharam uma força política e um respeito a sua importância no cenário político brasileiro.

As transformações que o PTB sofreu desde sua criação e as diferentes correntes ideológicas que dominaram o partido nos períodos em que esteve legalmente ativo, foram adaptações aos momentos da conjuntura social e econômica do país

Se hoje o partido não possui a importância de outrora ou não manteve a sua base social e política aliada à classe trabalhadora, pelo o menos pode se orgulhar de ter criado um espírito de pertencimento sócio-político dos trabalhadores. A eleição do General Dutra com apoio do PTB revelou a importância que o partido teve nos seus primeiros anos de vida e o sucesso da mobilização a que ele se propôs. Graças a uma

bem aplicada obra de construção da identidade e do imaginário trabalhista criado pelo Estado Novo e, claro, Getúlio Vargas.

5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Casalecchi, José Ênio. (2002). *O Brasil de 1945 ao Golpe Militar*. São Paulo: Contexto.
- D´Araújo, Maria Celina Soares. (1991). *O Partido Trabalhista Brasileiro e o Dilema dos Partidos Classistas*. Rio de Janeiro: CPDOC - Fundação Getúlio Vargas.
- D´Araújo, Maria Celina Soares. (1996). *Sindicatos, Carisma e Poder - O PTB de 1945-1965*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.
- D´Araújo, Maria Celina Soares. (1992). *O Segundo Governo Vargas*. São Paulo: Editora Ática S.A
- Delgado, Lucília de Almeida Neves. (1989). *PTB - Do Getulismo ao Reformismo*. São Paulo: Marco Zero.
- Ferreira, Jorge. (2005). *O imaginário trabalhista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Ferreira, Jorge Luiz. (1990). *A Cultura Política dos Trabalhadores no primeiro Governo Vargas. Estudo Históricos*, 180-195.
- Gomes, Ângela de Castro. (2005). *A invenção do trabalhismo - 3ª Edição*. Rio de Janeiro: Editora FGV.
- Gomes, Ângela de Castro. (1996). *História e historiadores: a política cultural do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas.

- Gomes, Ângela de Castro. (2003). *O primeiro governo Vargas: projeto político e educacional*. Bragança Paulista: EDUSF.
- Gomes, Ângela de Castro. (2001). *Reflexões em torno do Populismo e Trabalhismo*. Belo Horizonte: Varia História
- Gomes, Ângela de Castro & D'Araújo, Maria Celina Soares. (1987). *Getulismo e Trabalhismo: Tensões e Dimensões do Partido Trabalhista Brasileiro*. Rio de Janeiro: CPDOC - Fundação Getúlio Vargas.
- Mainwaring, Scott P. (1999) *Rethinkg Party Systems in the Third Wave os Democratization – The Case of Brazil*: Stanford University Press.
- Nicolau, Jairo. (2012) *Eleições no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar
- Sento-Sé, João Trajano. (1999). *Brizolismmo: estetização da política e carisma*. Rio de Janeiro: Editora FGV.
- Seminário UnB. (1980). *A Social – Democracia Alemã e o Trabalhismo Inglês*. Brasília: Instituto Teotônio Vilela.
- Skidmore, Thomas E. (1973). *Politics in Brazil - 1930-1964 - An Experiment in Democracy*. New York: Oxford University Press.
- Velloso, Mônica Pimenta. (1997). *Os intelectuais e a Política Cultural do Estado Novo*. *Revista de Sociologia e Política* N° 9, 57-74.
- Williamson, Edwin. (1992). *The Penguin History of Latin America*. London: Penguin Books.

ⁱ O discurso anticomunista foi um elemento marcante nas justificativas doutrinárias e na prática política que embasou a formação do PTB. No entanto, convém ressaltar que o anticomunismo não foi o aspecto preponderante na criação do PTB. Conforme a pesquisadora a origem do PTB estaria relacionada à conjugação de três fatores:

a) o primeiro diz respeito à manutenção dos poderes da ordem anterior na nova ordem;

b) o segundo vincula-se à necessidade de preservar os segmentos, categorias e organizações de trabalhadores para as manobras e articulações de Vargas na nova ordem, evitando-se, com isso, uma possível expansão comunista junto a estes setores;

c) o terceiro, que engloba em extensão os dois primeiros, liga-se à preservação do carisma e da influência personalística de Vargas sobre os trabalhadores. (DELGADO, 1989, P. 33).

ⁱⁱ O programa do PTB era composto por 30 pontos – dentre eles os principais para o nosso propósito eram:

- Manutenção da CLT e extensão da legislação social e trabalhista aos trabalhadores rurais, servidores públicos, profissionais liberais e assalariados das autarquias e institutos paraestatais;
- Autonomia sindical;
- Difusão de escolas públicas primárias, de frequência obrigatória, à população infantil; multiplicação dos estabelecimentos públicos de ensino secundário e de escolas noturnas gratuitas para a alfabetização intensiva de adultos e adolescentes;
- Concretização do programa do Instituto dos Serviços Sociais do Brasil, assegurando aos trabalhadores serviços médicos, farmacêuticos e dentários, garantia do recebimento do salário durante a enfermidade, proteção contra acidentes de trabalho, meios da aquisição da casa própria, entre outros;
- Proteção à maternidade e à infância;
- Planificação econômica, atingindo todos os setores e visando, por meio da orientação, intervenção ou gestão do Estado, que a produção do País atenda a todas as necessidades internas, assegurando a baixo custo as utilidades essenciais a todos os trabalhadores;
- Investimentos nas fontes de energia, nos transportes, no parque industrial brasileiro, na agricultura e no comércio;
- A limitação da riqueza (através do imposto de renda, revertendo o excesso em benefício da coletividade) e participação dos trabalhadores nos lucros;
- Extinção dos latifúndios;
- Combate aos trustes e cartéis nacionais e internacionais;
- Desenvolvimento do espírito de solidariedade entre todos os cidadãos, sem preconceitos de cor, classe, origem ou religião;
- Combate aos regimes totalitários;
- Defesa do direito de greve pacífica e distinção entre greve legal e greve ilegal. (DELGADO, 1989, p.36)